



ATA DA PLENÁRIA FINAL

Aos 13 dias do mês de dezembro de 2024, na Faculdade de Engenharia Ambiental da UFJF - localizada no *Campus* Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n, bairro São Pedro, na cidade de Juiz de Fora/MG, CEP: 36036-900 - às 16h41m, teve início a Plenária Final do III Conferência Municipal do Meio Ambiente do Conselho Municipal do Meio Ambiente do Município de Juiz de Fora - COMDEMA/JF (3ª CMMA).

Ao início do evento, a Comissão Organizadora da 3ª CMMA foi chamada para compor a Mesa. A Comissão Organizadora foi instituída pela Resolução nº 004/2024 do COMDEMA/JF, e é composta por Raphael Lopes Ribeiro (Presidente do COMDEMA), Lucas Silva Campos (Secretário-Executivo do COMDEMA), Luiz Fernando Oliveira Cuco (Companhia de Saneamento Municipal - CESAMA), Júlia Melo Castro (Secretaria de Planejamento Urbano - SEPUR), Matheus Machado Cremonese (ONG Programa de Educação Ambiental - PREA), e Suely Gervásio (União Juizforana de Associações Comunitárias de Bairros e Distritos - UNIJUF).

O Presidente do COMDEMA, Raphael, deu início ao ato explicando como será a metodologia da presente Plenária Final. Nos termos do artigo 20 do Regimento da 3ª CMMA, aprovado na Plenária Inicial desta Conferência, o ato terá a seguinte organização: primeiramente, (a) Relator(a) de cada um dos Grupos de Trabalho apresentará para a Plenária as propostas elaboradas, com prazo de 10 (dez) minutos para elucidação destas. Caso algum dos Grupos tenha tido empate na votação das propostas, as opções serão levadas a votação em Plenária neste momento. Os destaques serão apresentados em Plenária, debatidos e votados após a leitura de cada conjunto de propostas por Eixo Orientador. Para cada destaque, a pessoa solicitante terá 03 (três) minutos para justificativa. Suscitados questionamentos, abrir-se-á inscrições para uma manifestação contra e uma a favor, pelo tempo de 03 (três) minutos cada uma e, após, o destaque será colocado em votação. As propostas dos Grupos de Trabalho serão devidamente votadas, sendo necessária maioria simples dos votos para aprovação: aprovadas as propostas, os(as) propositores(as) das moções terão 03 (três) minutos cada para defesa do documento. Conferido o número mínimo de assinaturas exigido,





a coordenação da Comissão Organizadora colocará a moção em votação e, se aprovada, será encaminhada à instância devida. Após, será realizada a votação para Delegados(as) para seguir à etapa Estadual e, como ato final, a Comissão Organizadora informa o encerramento solene da 3ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de Juiz de Fora.

Após, o Presidente do COMDEMA deu início ao momento de votação das propostas, eixo a eixo:

EIXO 1: Tema - Mitigação

A princípio, foi ouvido Bruno Paixão de Souza, Relator(a) do Grupo 1, que, sob a facilitação de Aline Sarmento Procópio e coordenação de Cíntia Borel Nunes Duque Estrada, contou com 19 membros dos 58 inscritos, sendo 12 destas pessoas delegadas. A partir de sua fala, fez a apresentação das duas propostas do Eixo que representa:

Proposta 1) Elaborar o 1º Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa e demais poluentes atmosféricos para o município de Juiz de Fora (aprovada por unanimidade no grupo).

Votos Favoráveis em Plenária: 72

Votos Contrários em Plenária: 0

Proposta 2) Ampliar as políticas públicas de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, bem como a conscientização e estímulo da sociedade para segregação de resíduos domiciliares, visando a produção de energia limpa e a mitigação da emissão de GEE dos aterros sanitários. (aprovada por oito votos favoráveis e quatro contrários no grupo).

Votos Favoráveis em Plenária: 72

Votos Contrários em Plenária: 0

Ao final da leitura das propostas do Eixo I, em regime de votação, ambas as propostas foram aprovadas por unanimidade das pessoas delegadas na plenária final.



Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente deu a fala à Relatoria do Eixo II - Adaptação e preparação para desastres, na pessoa de Celso Bandeira de Melo Ribeiro.

O Eixo II contou com 16 pessoas delegadas e elegeu três propostas, contando com o empate entre as propostas 2 e 3, que devia ser solucionado em Plenária Final, nos termos do Regimento Interno.

Em sua fala, Celso trouxe que o grupo decidiu pelas seguintes propostas:

Proposta 1) Estabelecer diretrizes para implantação de projetos de adaptação (prevenção, mitigação e resiliência) de riscos de desastres (hidrológico, geológico e meteorológicos entre outros) com base na previsão de cenários de mudanças climáticas (aprovada no grupo com 15 votos favoráveis e 1 contrário).

- Votos Favoráveis em Plenária: 72
- Votos Contrários em Plenária: 00

Proposta 2) Adequar a lei de Estudo de impacto de vizinhança para que a audiência pública seja realizada na área diretamente impactada ou seja no território, elaborar EIV com participação popular (aprovada no grupo com 13 votos favoráveis e 3 contrários).

Aline Sarmento suscitou destaque solicitando esclarecimentos a respeito da função do estudo de vizinhança, sendo esclarecido, pelo relator, que se trata da possibilidade de se ouvir, *in loco*, a comunidade afetada em casos de impacto ambiental

- Votos Favoráveis em Plenária: 50
- Votos Contrários em Plenária: 22

Proposta 3) Implementar políticas de soluções baseadas na Natureza para amenizar os impactos das mudanças do clima, bem como adequar os planos setoriais dos municípios que devem ser elaborados e executados com base nas diretrizes dos Planos de bacias hidrográficas (aprovada no grupo com 13 votos favoráveis e 3 contrários).

- Votos Favoráveis em Plenária: 55
- Votos Contrários em Plenária: 17



Aline Sarmiento levantou a questão de ordem, solicitando esclarecimentos a respeito da escolha da votação por meio de votos contrários, buscando esclarecer se não far-se-ia mais adequado contar pelos votos favoráveis, ante a possibilidade de se abster da votação. Contudo, o Presidente esclareceu que o Regimento Interno, votado na manhã do presente dia, não prevê a possibilidade de abstenção, logo, os votos que não são negativos, são aprovações.

Em regime de votação, ao final da leitura das três propostas, a de número 1 foi aprovada por unanimidade, enquanto o desempate foi solucionado com a escolha da proposta de número 3.

Encerrada a votação, o Presidente convocou à fala a relatora do Eixo III - Justiça Climática, Priscila Castro de Oliveira, que traz que seu grupo, que contou com 12 inscritos, dos quais 09 eram pessoas delegadas, sob facilitação de Diego Raymundo Nascimento e coordenação de Ana Cristina, focaram-se na discussão sobre moradia digna e sustentável, focado nos recortes de gênero e raça, para além dos lixões, indústrias poluidoras e instalações que as pessoas não querem por perto, questionando, também, a transparência do COMDEMA, haja vista que o Conselho oferece a adoção de contrapartidas em loteamentos. À síntese da discussão, apresentam-se duas propostas focadas no combate ao racismo ambiental, quais sejam:

Proposta 1) Criação de um programa estrutural de moradia segura, sustentável e sadia para combater o racismo ambiental, a fim de executar um mapa de segurança habitacional pautado em: 1. Diagnóstico dos imóveis ociosos e imóveis públicos situados em locais infraestruturados que possibilitem a implantação de moradias populares, considerando o senso de pertencimento da população a ser deslocada; 2. Reestruturações e requalificações urbanas e rurais que propiciem a resiliência humana nas mudanças climáticas; 3. Cumprimento da função social da propriedade. (aprovada por unanimidade no grupo)

- Votos Favoráveis em Plenária: 72
- Votos Contrários em Plenária: 00

Proposta 2) Adoção de princípios de justiça climática para gestão territorial incluindo aspectos compensatórios e potencializadores e acompanhamento dessas pautas através dos



conselhos voltados para mudança do clima com efetiva participação popular com intuito de combater o racismo ambiental. (aprovada por unanimidade no grupo)

- Votos Favoráveis em Plenária: 72
- Votos Contrários em Plenária: 00

Ao final da leitura das propostas do Eixo III, foi dado início ao regime de votação, ambas foram aprovadas por unanimidade.

Foram apresentadas, também, duas moções destinadas à 3ª CMMA, respectivamente de indignação e de repúdio, sendo ambas aprovadas por unanimidade. Segue o texto das moções:

Moção de nº 1

Natureza: Indignação

Destinatário: Conferência do Meio Ambiente

Texto da Moção: “Tendo em vista a temática referente às desigualdades sociais e justiça climática, estranhamos a ausência de minorias e pessoas da comunidade negra, considerando que há pessoas competentes que poderiam trazer a pluralidade e o reflexo da comunidade e são as pessoas mais impactadas com essas mudanças”.

Moção de nº 2

Natureza: Repúdio

Destinatário: Conferência do Meio Ambiente

Texto da Moção: “Ausência da participação das lideranças de bairro na 3ª Conferência”.

Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente chamou a Relatoria do Eixo IV – Transformação Ecológica, que contou com a participação de 13 inscritos, sendo 6 pessoas delegadas que, sob a facilitação de Iollanda Ivanov Pereira Josué, coordenação de Marilena Kaizer Rossignoli e relatoria de Aline Rocha Gonçalves, tiveram uma discussão voltada para o emprego de energias renováveis, tecnologias sustentáveis, transporte e mobilidade urbana, bem como a conservação e preservação de áreas verdes e recursos hídricos, bem como direito



à habitação, assistência social e segurança alimentar. Da súmula da discussão, sobrevieram as seguintes propostas, aprovadas por unanimidade no grupo:

Proposta 1) Incentivar a Infraestrutura verde no âmbito municipal: regulamentando e incorporando o PMMA ao plano diretor do município; criando e integrando corredores ecológicos nas áreas urbanas com estímulo ao ecoturismo e valorização nas áreas contempladas, implementando o plano municipal de arborização urbana; promovendo políticas de práticas de construção sustentável no município.

Proposta 2) Desenvolver uma cidade resiliente, fomentando a transição ecológica para energias renováveis e limpas, incluindo produção de biocombustíveis, inclusive na administração pública; implementar incentivos fiscais no uso de tecnologias de baixa emissão GEE, uso de materiais sustentáveis; promover iniciativas de compostagem; estimular a integração entre instituições e sociedade para capacitação e ação.

Foi suscitado destaque por Cíntia, sugerindo que a redação da segunda proposta seja reescrita visto que a proposta guarda semelhanças com as apresentadas pelo grupo 1. Em resposta, foi apresentado destaque de Aline, que afirma que as propostas não guardam semelhança real, mas que, caso a questão textual apresente necessidade de alterações, a Mesa Organizadora pode alterá-la quando da finalização dos trabalhos.

Em seguida, foram apresentadas duas moções, respectivamente de apoio e de congratulação, sendo ambas aprovadas por unanimidade:

Moção de nº 3

Natureza:Apoio

Destinatário da moção: Departamento de Licenciamento Ambiental e ao COMDEMA

Texto da Moção: “Moção de apoio ao corpo técnico do Departamento de Licenciamento Ambiental e ao COMDEMA pela elaboração da DN 58/2022 que estabelece normas e procedimentos relativos ao Licenciamento Ambiental de Loteamentos, Condomínios de edificações horizontais e condomínios de lotes, sendo mais restritiva ambientalmente que o Estado de MG”.



Moção de nº 4

Natureza: Congratulação

Destinatário da moção: Laboratório de Ecologia Vegetal da Universidade Federal de Juiz de Fora

Texto da Moção: “Moção de congratulação ao Laboratório de Ecologia Vegetal da UFJF pelo trabalho de excelência em parceria com a Prefeitura de Juiz de Fora, quanto à elaboração do PMMA”.

Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente chamou a Relatoria do próximo Eixo V - Governança e Educação Ambiental que contou com 21 participantes dos 52 inscritos, dos quais 17 eram pessoas delegadas que, sob facilitação de Cassiano Ribeiro da Fonseca, coordenação de Luiza Viera Caleia e relatoria de Rafael Ribeiro, submeteram as seguintes propostas à Plenária Final, ambas aprovadas por unanimidade:

Proposta 1) Inserção da temática “crise climática” nos planos municipais de ensino, com a criação de programas de formação transdisciplinar permanente de educação ambiental, tanto para comunidades escolares quanto para gestores e legisladores e operadores públicos do direito. (aprovada por unanimidade no grupo)

Proposta 2) Implementação de grupos de educação ambiental nas diferentes regiões e bairros do município, fomentados pelo fundo ambiental municipal e dirigidos por líderes territoriais, cuja responsabilidade será gerir os projetos em espaços não formais de educação e realizar a comunicação e divulgação entre governo e sociedade civil. Os espaços de atuação desses grupos serão decididos após monitoramento de áreas para servirem como centros de educação prática. (aprovada por 11 votos favoráveis a 10 contrárias no grupo)

Foi apresentado destaque a respeito da necessidade de esclarecimento a respeito do conceito de “operadores públicos de direitos”. O relator explicou que tratam-se de agentes públicos do direito, como Juízes e Promotores de Justiça.



Encerrada a discussão das propostas e moções foram aprovadas as seguintes propostas e moções:

PROPOSTAS

1ª Proposta

Elaborar o 1º Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa e demais poluentes atmosféricos para o município de Juiz de Fora.

2ª Proposta

Ampliar as políticas públicas de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, bem como a conscientização e estímulo da sociedade para segregação de resíduos domiciliares, visando a produção de energia limpa e a mitigação da emissão de GEE dos aterros sanitários.

3ª Proposta

Estabelecer diretrizes para implantação de projetos de adaptação (prevenção, mitigação e resiliência) de riscos de desastres (hidrológico, geológico e meteorológicos entre outros) com base na previsão de cenários de mudanças climáticas

4ª Proposta

Implementar políticas de soluções baseadas na Natureza para amenizar os impactos das mudanças do clima, bem como adequar os planos setoriais dos municípios que devem ser elaborados e executados com base nas diretrizes dos Planos de bacias hidrográficas

5ª Proposta

Criação de um programa estrutural de moradia segura, sustentável e sadia para combater o racismo ambiental, a fim de executar um mapa de segurança habitacional pautado em: 1. Diagnóstico dos imóveis ociosos e imóveis públicos situados em locais infraestruturados que possibilitem a implantação de moradias populares, considerando o senso de pertencimento da população a ser deslocada; 2. Reestruturações e requalificações urbanas e rurais que



propiciem a resiliência humana nas mudanças climáticas; 3. Cumprimento da função social da propriedade.

6ª Proposta

Adoção de princípios de justiça climática para gestão territorial incluindo aspectos compensatórios e potencializadores e acompanhamento dessas pautas através dos conselhos voltados para mudança do clima com efetiva participação popular com intuito de combater o racismo ambiental. (aprovada por unanimidade no grupo)

7ª Proposta

Incentivar a Infraestrutura verde no âmbito municipal: regulamentando e incorporando o PMMA ao plano diretor do município; criando e integrando corredores ecológicos nas áreas urbanas com estímulo ao ecoturismo e valorização nas áreas contempladas, implementando o plano municipal de arborização urbana; promovendo políticas de práticas de construção sustentável no município.

8ª Proposta

Desenvolver uma cidade resiliente, fomentando a transição ecológica para energias renováveis e limpas, incluindo produção de biocombustíveis, inclusive na administração pública; implementar incentivos fiscais no uso de tecnologias de baixa emissão GEE, uso de materiais sustentáveis; promover iniciativas de compostagem; estimular a integração entre instituições e sociedade para capacitação e ação.

9ª Proposta

Inserção da temática “crise climática” nos planos municipais de ensino, com a criação de programas de formação transdisciplinar permanente de educação ambiental, tanto para comunidades escolares quanto para gestores e legisladores e operadores públicos do direito.



10ª Proposta

Implementação de grupos de educação ambiental nas diferentes regiões e bairros do município, fomentados pelo fundo ambiental municipal e dirigidos por líderes territoriais, cuja responsabilidade será gerir os projetos em espaços não formais de educação e realizar a comunicação e divulgação entre governo e sociedade civil. Os espaços de atuação desses grupos serão decididos após monitoramento de áreas para servirem como centros de educação prática.

MOÇÕES

Moção de Indignação

Natureza: Indignação

Destinatário: Conferência do Meio Ambiente

Texto da Moção:

Tendo em vista a temática referente às desigualdades sociais e justiça climática, estranhamos a ausência de minorias e pessoas da comunidade negra, considerando que há pessoas competentes que poderiam trazer a pluralidade e o reflexo da comunidade e são as pessoas mais impactadas com essas mudanças.

Moção de Repúdio

Natureza: Repúdio

Destinatário: Conferência do Meio Ambiente

Texto da Moção: Ausência da participação das lideranças de bairro na 3ª Conferência.

Moção de Apoio

Natureza: Apoio

Destinatário da moção: Departamento de Licenciamento Ambiental e ao COMDEMA

Texto da Moção: Moção de apoio ao corpo técnico do Departamento de Licenciamento Ambiental e ao COMDEMA pela elaboração da DN 58/2022 que estabelece normas e procedimentos relativos ao Licenciamento Ambiental de Loteamentos, Condomínios de edificações horizontais e condomínios de lotes, sendo mais restritiva ambientalmente que o Estado de MG.



Moção de Congratulação

Natureza: Congratulação

Destinatário da moção: Laboratório de Ecologia Vegetal da Universidade Federal de Juiz de Fora

Texto da Moção: Moção de congratulação ao Laboratório de Ecologia Vegetal da UFJF pelo trabalho de excelência em parceria com a Prefeitura de Juiz de Fora, quanto à elaboração do PMMA

Superada a votação das propostas, passou-se à **Eleição das Pessoas Delegadas para a Etapa Estadual**. A pedido da Mesa Organizadora, devido ao exíguo tempo restante para a finalização da Conferência, visto que o espaço somente estaria disponível até as 18h30min, os candidatos à representação governamental na etapa estadual renunciaram ao período regimental de defesa de sua candidatura.

Apresentaram-se Iollanda Ivanov Pereira Josué, Elizângela Aparecida dos Santos, Eduardo Oliveira Santos, Nathan Oliveira Barros e Wilson Rodrigues Lourinho Netto.

Em uso dos critérios de representatividade, Iolanda e Elizângela. Em Regime de Votação, foi aprovada a representação de Nathan e empate entre Eduardo e Wilson. Em desempate promovido pela Mesa Organizadora, foi decidido pela representação de Eduardo. Ficando Wilson suplente.

Superada a votação dos representantes governamentais, foram convocados os representantes da sociedade civil. Em sua defesa, apresentaram-se como:

- Luiz Otávio Marques, cidadão Juizforano, representante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), que ressaltou a importância da população participar e ser soberana no processo de se discutir a mineração;
- Laís Barbosa Fernandes, graduanda em geografia pela ufjf, especialidade em geoconservação ambiental, atuação em governança, sobretudo em geocartografia participativa, desenvolvida, principalmente, por meio de projetos de extensão no sul



de minas, declara estar em representação do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM); (19 votos a favor)

- Cintia Borel Nunes Duque Estrada, estudante da pós graduação, arquiteta, que declara o interesse em representar juiz de fora com relação à necessidade de se desenvolver sustentabilidade na construção civil; (15 votos a favor)
- Marilza Fátima de Souza, liderança do bairro Linhares, afirma que esteve no G20 mês passado discutindo a necessidade de se trabalhar as lideranças de bairro e das diversas comunidades na política do meio ambiente, pois somente esses líderes poderiam representar e trazer voz de seu povo.
- Luiza Vieira Caleia, criadora do projeto passando, que traz, em um poema, a explicação de seu projeto. Explica que cresceu em contato com o ambiente natural, sendo sempre frequente na. Líder dos grupos de debate locais nos bairros para que a juventude consiga falar sobre sua realidade, o meio ambiente e academia de liderança latinoamericana. Ressalta ser estudante de ensino médio e, por esta razão, tem tempo e esperança para se comprometer com a pauta (29 votos).
- Way Sanà-Marya Pury, representante da etnia puri, bacharel em teatro, mestre em artes cênicas, faz parte do terreiro de pesquisa, onde tem como princípio o pensamento coletivo, novas epistemologias, sobretudo retomando o que os povos tradicionais, indígenas, quilombolas, aprenderam. Afirma que a humanidade é parte da vida, muito maior que nossos interesses individuais e econômicos, sendo necessário trazer com que.
- Dr. Bruno Paixão de Souza, professor e pesquisador, com foco na sustentabilidade e biodiversidade;

Em aplicação do critério de representatividade, Marilza e Luiz foram escolhidos como representantes. Em regime de votação, Dr Bruno renunciou ao pleito, Luiza, Lais e Way Sanà-Marya Pury foram escolhidos como representantes.

São os representantes governamentais eleitos para seguir para a etapa estadual:



1) Iollanda Ivanov Pereira Josué, representando a Secretaria de Sustentabilidade em Meio Ambiente e Atividades Urbanas - SESMAUR;

2) Elizângela Aparecida dos Santos, representando a Universidade Federal de Viçosa - UFV;

3) Eduardo Oliveira Santos, representando a Secretaria de Governo - SG;

4) Nathan Oliveira Barros, representando a Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF;

5) Wilson Rodrigues Lourinho Netto, representando a Secretaria de Governo - 1º Suplente

São os representantes da sociedade civil eleitos para seguir para a etapa estadual:

1) Luiza Vieira Caleia;

2) Way Sanà-Marya Pury;

3) Marilza Fátima de Souza;

4) Luiz Otávio Marques, representando o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM);

5) Laís Barbosa Fernandes, representando o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) - 1ª Suplente;

6) Cintia Borel Nunes Duque Estrada - 2ª Suplente.

Superada a votação, Matheus Cremonese ressaltou a importância desse espaço, o grande esforço dos membros e todos os participantes, destacando a importância que os debates foram frutíferos e excelentes. Às moções de repúdio responde que a falta de representatividade e ausência de lideranças da Comunidade se justifica pelo tempo exíguo no processo de se



desenvolver a presente Conferência, ressaltando a possibilidade de, posteriormente, servindo como experiência, serem realizadas pré-conferências para que as próximas propostas venham maduras e desenvolvidas.

Em fala, o Presidente da Mesa Organizadora, Raphael, que agradeceu, na pessoa de Rosângela, a possibilidade de se desenvolver o presente evento no Espaço da Universidade Federal de Juiz de Fora, espaço para se desenvolver ideias e discussões tão avançadas; a presença e os saberes dos painelistas; o laboratório de ecologia; à Casa dos Conselhos - CDC/JF - na pessoa de Valéria Martins, agradecendo pelo suporte ao longo de todo o processo da conferência, destacando a atuação dos presentes relatores, bem como demais membros; bem como à presença dos representantes de movimento sociais e da sociedade civil organizada, destacando que representam, verdadeiramente, os interesses da comunidade; agradeceu, para além, a equipe da SESMAUR.

Ao fim, traz os votos de que a recém criada Secretaria do Meio Ambiente siga os objetivos e deliberações tomadas na presente Conferência, visando, assim, fazer com que se concretizem os objetivos hoje expressos.

Ao final da Plenária Final, esta ata foi lida para os presentes, e todos aqueles que assinaram a lista de presença em anexo se postam de acordo. Nada mais a tratar, nós, Felipe Souza, Marcella Pádua e Yuri Carvalho, encerramos a presente ata.